



UMA INTRODUÇÃO ÀS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Módulo 5 -





Expediente

Defensoria Pública da União

Subdefensor Público-Geral Federal

Jair Soares Junior

Diretor-Geral da Escola Superior

Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior

Organização Internacional Para Migrações

Diretor-Geral

António Vitorino

Diretor Regional para a América do Sul

Diego Beltrand

Chefe da Missão no Brasil

Stéphane Rostiaux

Autora

Tatiana Chang Waldman

Coordenador de Conteúdo

Marcelo Torelly

Coordenação de Projeto

Alessandra Wernerck de Souza

Norma Suely C. Gonçalves Ponte

Solange Cristina Soares de Carvalho

Projeto Gráfico

Felipe Mateus Germano Costa

Diagramação

Jeanderson Silva Lopes

Revisão de Texto

Alessandra Wernerck de Souza

Revisão Geral

Alessandra Wernerck de Souza

Apoio

OIM Brasil

2018, 1º Edição

Curso elaborado por Tatiana Chang Waldman, sob supervisão de Marcelo Torelly, como parte do projeto OIM-DPU "Fortalecendo a Assistência Jurídica aos Migrantes no Brasil e seu Acesso ao Mercado de Trabalho" (IM.0043), financiado pelo Fundo da OIM para o Desenvolvimento (IDF).

As opiniões expressas neste material são dos autores e não necessariamente aquelas da OIM e da DPU. As denominações utilizadas e a maneira como são apresentadas não implicam, por parte da OIM e da DPU, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, nem tampouco a respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida pelo princípio de que a migração ordenada e em condições humanas beneficia aos migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; alentar o desenvolvimento social e econômico por meio das migrações; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem estar dos migrantes.

Agradecimentos

Este curso é resultado de um rico processo que envolveu a contribuição de muitas pessoas, de variadas maneiras, dentre elas, Alessandra Werneck, Ana Paula B. Roniak, André Furquim, Bernardo Laferté, Camila Medeiros, Deivid Pereira da Silva, Erica Kaefer, Fabiana Paranhos, Felipe Mateus G. Costa, Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior, Giovanna Maria Frisso, Guilherme Otero, Gustavo Zortea, Isadora Steffens, Jeanderson S. Lopes, João Chaves, Jorge Castro, Mario Victor Embana, Matteo Mandrile, Norma Ponte, Oriana Jara, Paolo Parise, Paulo Pacheco, Rosita Milesi, Solange Cristina S. de Carvalho, Verônica Quispe, Victor Del Vecchio e Washington Araújo. Por essa razão, a autora do material gostaria de registrar o seu agradecimento a todas e, especialmente, ao Marcelo Torelly, pelo atencioso apoio, supervisão e co-autoria do curso.

Sumário

Apresentação do Módulo	7
1. Reflexões sobre as redes nas migrações internacionais	8
2. O papel das redes locais de apoio e acolhimento	11
3. As redes locais de apoio e acolhimento	13
4. Considerações finais	23
Material Complementar	27
Referências	28
Links	29
Referências Bibliográficas	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad)

Centro de Educação de Jovens e Adultos (Cieja)

Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (COMIRAT)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)

Núcleos de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs)

Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs)

Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras)

Sistema Único de Saúde (SUS)

ÍCONES ORGANIZADORES

Importante

Trata-se de um fragmento do texto considerado fundamental, relevante ou essencial para a compreensão daquele determinado conteúdo.



Legislação

Trata-se de uma maneira de destacar a legislação (padronização) de forma que, em todos os cursos, ela seja rapidamente identificada.



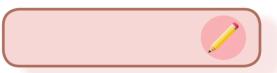
Dica

Breve conselho ou recomendação sugerida.



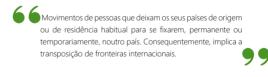
Síntese / Observação

Utilizado para consolidar um raciocínio ou ao final de seção para sintetizar o tema.



Entre aspas

Trechos ou alusão às informações extraídas de outra fonte que recebem destaque por sua relevância.



Destaque

Tem como objetivo colocar alguma parte do texto em evidência



Para Pensar

Tem como objetivo levar a reflexão sobre determinado assunto proposto no texto.



Saiba Mais

Tem como objetivo colocar alguma parte do texto em evidência.



Apresentação do Módulo

Sejam bem-vindas e bem-vindos ao quinto e último módulo do curso *Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo*!

Depois das reflexões introdutórias sobre as migrações internacionais (Módulo 1); de terem contato com a legislação migratória brasileira, incluindo o revogado Estatuto do Estrangeiro, o processo de aprovação da nova Lei de Migração e sua regulamentação (Módulo 2); de terem acesso aos conceitos e a legislação nacional que aborda o tráfico de pessoas e o refúgio no Brasil (Módulo 3) e de entenderem como se estrutura a governança migratória brasileira (Módulo 4); chegou o momento de conhecerem as redes locais de apoio e acolhimento.

Com essa proposta, neste Módulo 5, vocês refletirão sobre o papel das redes de apoio e acolhimento locais, por meio de exemplos de instituições atuantes no Brasil – incluindo entes federais, estaduais, municipais, organizações da sociedade civil e organizações internacionais – e entenderão a importância de uma abordagem integrada entre o Estado e a sociedade civil na governança migratória.

Ao final do módulo, espera-se que vocês possam compreender a importante atuação das redes locais, especialmente no que diz respeito ao acesso e exercício de direitos fundamentais por parte da população no Brasil, e conhecer e trocar informações sobre os diferentes perfis de instituições que trabalham com a questão migratória no país.

Além do conteúdo escrito, vocês terão acesso a materiais de apoio no ambiente virtual – com sugestões de sites, reportagens, vídeos com entrevistas de atores do cenário migratório brasileiro – que podem tornar mais rica a aproximação com as migrações internacionais. Não deixem de consultá-los!



1. Reflexões sobre as redes nas migrações internacionais

Como foi possível observar ao longo das discussões do curso, as migrações internacionais se mostram cada vez mais presentes na agenda de debates de todo o mundo, incluindo o Brasil.

E, se por um lado, as políticas migratórias adotadas pelos Estados se propõem a interferir no volume, na origem e na composição dos movimentos migratórios; por outro, é importante observar que a relação entre os fluxos migratórios e as políticas migratórias não é determinada de forma unilateral.¹

Afinal, o comportamento e a vontade das pessoas – nem sempre previsíveis – são fatores determinantes para a formação de um movimento migratório. E este só se concretizará se os atores envolvidos perceberem melhores oportunidades no país de destino e se forem capazes, no momento, de realizar tal mobilidade.²

Muitas pessoas determinam sua decisão ao tomarem contato com informações sobre as oportunidades e dificuldades – seja na perspectiva de acesso ao mercado de trabalho, alojamentos etc. –, no país de destino, por meio da comunicação com pessoas que já migraram. Há, portanto, um papel ativo destas últimas. Elas são capazes de estimular possíveis novos migrantes, podendo colaborar, inclusive, com recursos financeiros para a realização da viagem, por meio das remessas financeiras às sociedades de origem.³

A existência das redes entre os que vão e os que ficam pode justificar, por exemplo, a continuação de determinados fluxos migratórios mesmo diante de mudanças no contexto econômico ou político – nos países de origem ou destino – que poderiam, por vezes, inibi-los. O que pode sugerir a sua força em processos migratórios, uma vez que as redes possibilitam – a cada nova pessoa que migra – reduzir o custo das migrações seguintes para conhecidos e aumentar o conjunto de pessoas com vínculos no país de destino.⁴

Desse modo, a circulação de informações acaba por fortalecer e, muitas vezes, ampliar a circulação de pessoas.

A existência de uma comunidade de migrantes internacionais que conseguiu se estabelecer e criar vínculos em uma cidade pode influenciar de forma significativa o estabelecimento de um fluxo migratório.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, o bairro do Glicério, na região central, tem igrejas evangélicas bilíngues, lojas, cabeleireiros, lan houses e restaurantes voltados ao público migrante, especialmente haitiano. É lá que se localiza a Casa do Migran-

te (Missão Paz), que acolhe muitos daqueles que não têm abrigo. Por essas razões, grande parte dos haitianos busca o bairro na cidade de São Paulo.



Confira algumas fotos e a reportagem de Emílio Santana: SANT'ANNA, Emilio. Bairro Negro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 maio de 2015, Cotidiano, p. B13



Copa dos Refugiados, Comunidade Esportiva Novo Glicério, São Paulo, 2014. Foto: Tatiana Waldman

Foi o mesmo bairro do Glicério, em São Paulo, que sediou a *I Copa dos refugiados* organizada pelos próprios refugiados e solicitantes de refúgio, a partir do trabalho da ONG África do Coração, com o apoio da Caritas Arquidiocesana de São Paulo e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Participaram dos jogos, dezesseis seleções: Afeganistão, Angola, Bangladesh, Burkina Faso, Camarões, Colômbia, Costa do Marfim, Guiné Conacri, Iraque, Mali, Nigéria, Paquistão, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Síria e Togo. O hino do evento diz muito sobre a proposta "essa copa é dos refugiados/ tem América, Ásia e africanos / quem vai jogar? É o mundo inteiro [...]" (Confira o hino no Youtube). Conheça um pouco mais no site Copa dos Refugiados.



Praça Kantuta, São Paulo, 2015. Foto: Tatiana Waldman

A praça da foto – chamada Kantuta – tem uma trajetória que merece ser registrada. Ao final dos anos 1990, uma praça chamada Padre Bento era, aos domingos, um ponto de encontro da comunidade boliviana em São Paulo. Lá os migrantes buscavam lazer, oportunidades de trabalho e o contato com outros nacionais da Bolívia. A presença deles, no entanto, incomodou os moradores do bairro que realizaram um abaixo assinado com o fim de impedir o uso da praça por parte do grupo. A Prefeitura acabou por ceder às exigências dos moradores e proporcionou aos bolivianos outro espaço, no mesmo bairro, que substituiria o antigo local de encontro. A nova praça foi, então, nomeada "Kantuta": nome de uma flor que, por possuir as três cores da bandeira boliviana, é considerada um símbolo pátrio. ⁵ Hoje é um ponto turístico da cidade, frequentado por brasileiros e migrantes, onde é possível encontrar comida, artesanato e diferentes manifestações culturais da América do Sul, como apresentações de grupos especialmente da Bolívia. A entrevista com Verônica Quispe Yujra (nos Módulos 2 e 5) foi realizada na Praça Kantuta! Confira nas Bibliotecas dos módulos!



Fraternidade Folclórica no Fórum Social Mundial das Migrações, São Paulo, julho 2016. Foto: Tatiana Waldman

Os exemplos apresentados ilustram como vão sendo criados laços entre determinados grupos de migrantes e as cidades nos países de destino e como vão sendo construídas redes que refletem na constituição, fortalecimento e permanência de fluxos migratórios.

2. O papel das redes locais de apoio e acolhimento

Como vimos no módulo anterior (Módulo 4), há toda uma estrutura em nível federal que formula a política migratória do Brasil. Inseridas nesse cenário, as autoridades locais, mesmo quando não participam diretamente da construção dessa política, têm grande responsabilidade em relação às populações migrantes.

No âmbito local, as questões prioritárias não estão direcionadas para as razões da chegada de movimentos migratórios, mas sim para as ações necessárias para a acolhida – muitas vezes em caráter emergencial – ou para a formulação de políticas públicas direcionadas a tais populações.

Nesse sentido, o conhecimento sobre a condição migratória, o perfil de idade e gênero, as regiões em que se concentram, a inserção no mercado de trabalho e a relação que a população migrante constrói com atores, públicos e privados, prestadores de serviço e com a própria população local,

é essencial para ponderar sobre o seu acesso – ou a ausência deste – aos direitos fundamentais.⁶



Vocês se lembram que abordamos a questão dos direitos fundamentais no Módulo 1? Lá afirmamos que ao migrar, toda pessoa traz consigo, além do seu percurso pessoal, sua história, sua bagagem cultural, seus direitos. E que por serem inerentes a nossa condição humana, ninguém deixa de ser titular dos direitos humanos porque mudou de país. Esses são direitos que nos acompanham ao longo de todo o processo migratório.

Ao longo do módulo apresentaremos uma série de exemplos de instituições locais ou redes que reúnem esforços de diferentes instituições locais e que trabalham com a temática migratória em todo o Brasil – Acre, São Paulo, Amazonas, Roraima, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul etc.

Outros estudos já deram conta de realizar mapeamentos e diagnósticos amplos. O então Ministério da Justiça, hoje Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicaram uma pesquisa – *Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil* – com o mapeamento de 597 instituições de atendimento aos migrantes nos estados brasileiros, com diferentes âmbitos de atuação (internacional, nacional, regional, estadual ou municipal), em 26 estados e no Distrito Federal, com especial atenção às localidades de concentração de população migrante ou de relevância para

A mesma pesquisa do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mapeou os principais obstáculos de acesso a direitos e serviços da população migrante no Brasil, identificando a inexistência de diretrizes centralizadas de atendimento a migrantes, a falta de dados globais e/ ou regionalizados que dificulta dimensionar necessidades e desenvolver políticas públicas adequadas à população migrante, órgãos estaduais e municipais pouco preparados para trabalhar com a temática migratória, número reduzido de recursos humanos destinados ao atendimento dos migrantes e ao tema das migrações, ausência de treinamento dos agentes públicos para a humanização do atendimento à população migrante, falta de meios estruturais e institucionais e de políticas públicas diante do aumento da intensidade e da frequência de fluxos migratórios em determinadas localidades, resistência dos órgãos estatais e serviços públicos no atendimento a população migrante, ações insuficientes em matéria de tráfico de pessoas etc. A pesquisa observou que muitas vezes não há uma decisão de excluir os imigrantes, mas tampouco há o preparo para acolhêlos de forma adequada.⁷



Acesse o mapeamento das instituições da pesquisa Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil (Apêndice D) na biblioteca do módulo!

Confira, também, na biblioteca o mapeamento de instituições do município de São Paulo!

Longe de ambicionar um mapeamento e apresentação de toda a rede de acolhida local existente no país, a proposta é trazer uma amostra do cenário, que dê conta de ilustrar diferentes tipos de iniciativas (de atores públicos e dos pertencentes à sociedade civil), a integração da atuação entre entes federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil ou internacionais, para que seja possível identificar quem são os atores locais e conhecer algumas instituições que atendam a população migrante.

3. As redes locais de apoio e acolhimento

A partir deste ponto, coloque-se no lugar de alguém que acabou de chegar a uma cidade.

Como vimos ao longo do curso, você pode ter chegado pelos mais diversos motivos: para se reunir com familiares que estão residindo em outros países, para confrontar uma insatisfação com a vida que leva em seu país de origem, em busca de oportunidades de trabalho, de acesso a direitos fundamentais, de conhecimento e contato com uma nova cultura.

Independentemente das razões, chegar e se estabelecer em um ambiente diferente do que lhe é familiar não são tarefas fáceis. Assim como, muitas vezes, é difícil chegar e ingressar em um país em que não somos nacionais.

Pense nas necessidades básicas de uma pessoa: o que precisamos nessas situações?

A primeira coisa que nos vem à cabeça é: precisamos de um teto, um abrigo, ainda que provisório.



Se houver condições financeiras favoráveis ou familiares e amigos que já residam no local, a questão é mais simples. Ou menos complicada, uma vez que o mercado imobiliário comumente impõe exigências nem sempre fáceis de cumprir por alguém que acabou de chegar ao país, como comprovante de renda e fiadores.

Mas e nas hipóteses em que chegamos com poucos pertences e sem condições de pagar por um hotel ou uma casa?

Esta pode ser, por exemplo, a situação de uma pessoa que chega ao Brasil para garantir sua sobrevivência após desastres naturais ou diante de situações humanitárias ou de perseguições das mais diversas no seu país de origem ou de residência anterior.

Nesses casos, há que se buscar as redes locais de acolhida.

Há cidades no Brasil em que é possível encontrar casas de acolhida que trabalham exclusivamente ou preferencialmente com a população migrante, solicitante de refúgio e refugiada. Dentre essas casas há iniciativas de entes públicos e de instituições da sociedade civil, assim como há casas que surgem em razão de convênios entre o Estado brasileiro e as entidades civis.

Em São Paulo, desde 2006, a **Associação Palotina** mantém uma casa de acolhida para mulheres estrangeiras sozinhas ou acompanhadas de seus filhos. A casa se manteve com recursos próprios da Congregação das Irmãs Palotinas – de origem italiana e ligadas à Igreja Católica – até julho de 2015, momento em que firmou um convênio com a Prefeitura. Com 25 quartos, o espaço – hoje chamado de **Centro de Acolhida de Mulheres Imigrantes** – já acolheu centenas de mulheres e crianças até conseguirem uma moradia autônoma no Brasil ou até retornarem ao seu país de origem.

Outro exemplo na capital paulista é a **Casa do Migrante**, situada no já mencionado bairro do Glicério, com capacidade para 110 pessoas (80 homens e 30 mulheres) e administrada pela Congregação Scalabriniana, também de origem italiana e ligada à Igreja Católica. Ela faz parte da **Missão Paz**, juntamente com o **Centro de Pastoral e Mediação do Migrante** – que oferece serviços de documentação, mediação de trabalho entre empresas e migrantes, orientação jurídica, assistência social, atendimento psicológico etc. –, o **Centro de Estudos Migratórios** e a Igreja.

Já em Manaus, Amazonas, em razão da chegada de famílias Warao da Venezuela e da sua permanência acampadas na rodoviária da cidade (motivadas pela falta de abrigos disponíveis), houve um trabalho articulado entre órgãos do governo federal, estadual e municipal e de entidades civis (Pastoral dos Migrantes e Caritas). Como resultado, em junho de 2017, as famílias foram encaminhadas para o abrigo do **Serviço de Acolhimento Institucional de Adultos e Família**, sob a responsabilidade do governo estadual. O espaço era um ginásio esportivo adaptado com capacidade para trezentas pessoas. No final de 2017, com o deslocamento de muitas pessoas para Belém e Santarém, houve

um esvaziamento do espaço e, em janeiro de 2018, as atividades do serviço foram encerradas. As famílias remanescentes foram encaminhadas para casas gerenciadas pela prefeitura.⁸



Para conhecer mais sobre o tema, busque na Biblioteca do módulo a publicação **Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas!**

Abordado o tema do abrigo, falemos de outras necessidades básicas. A informação é uma delas:

Onde posso buscar mais informações sobre o país?

Há alguma instituição que me auxilie a regularizar minha documentação?

Quais direitos são reconhecidos aos migrantes no Brasil?

Como posso buscar um emprego?

Onde posso aprender a língua portuguesa?

Em todo o Brasil, são diversas as instituições de apoio aos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio.

Recentemente e em razão da chegada de muitos venezuelanos ao estado de Roraima, alguns serviços foram abertos especialmente em 2018.

No mês de março de 2018, foi inaugurado o **IMDH Solidário** – veja na Biblioteca do módulo a publicação Informes e Partilhas do Instituto Migrações e Direitos Humanos IMDH –, em Boa Vista, voltado ao atendimento de mulheres e crianças venezuelanas, prestando serviços diversos como a documentação para pré-registro na Polícia Federal (refúgio), o agendamento para carteira de trabalho, as entrevistas para avaliação sobre apoio financeiro e ao registro de pedidos de fraldas e leite para crianças etc.

Em abril do mesmo ano, a Universidade Federal de Roraima e agências da ONU no Brasil inauguraram o **Centro de Referência para Refugiados e Migrantes** no campus da universidade. O centro oferece serviços de orientação, proteção e integração, tais como a emissão de carteira de trabalho, o registro no sistema de Cadastro Único do Governo Federal, o pré-registro e instruções para solicitação de refúgio, orientação para solicitação de residência temporária e sobre o processo de interiorização para as pessoas interessadas em se deslocar a outros estados do país etc.

Já no mês de maio de 2018, foi aberto o **Centro de Atendimento Infantil de Pacaraima** – veja na biblioteca do curso a publicação Informes e Partilhas do Instituto Migrações e Direitos Humanos

IMDH – trabalhando com um público específico, o infantil, da população venezuelana que chega à cidade

E na mesma cidade de Pacaraima – bem próximo a fronteira – em junho de 2018, foi inaugurado pelo Governo Federal com apoio do Sistema ONU Brasil um centro de recepção e documentação que oferece orientação para os procedimentos de residência temporária e o preenchimento de solicitações de refúgio, dentre outros serviços.

Confira o vídeo que mostra o trabalho da DPU com os imigrantes venezuelanos na cidade de Pacaraima. Missão Pacaraima - A Defensoria Pública da União na fronteira. Defensoria Pública da União, 2 mai 2019



Ainda em Pacaraima, veja a reportagem de Emilly Costa, em: COSTA, Emily. Centro dedicado a atender e orientar imigrantes é inaugurado em Pacaraima, RR, na fronteira com a Venezuela. G1 RR, 7 ago. 2017.



Em Foz do Iguaçu, Paraná, desde 2008, a Casa do Migrante – fundada a partir de um termo de cooperação entre Município e Governo Federal por meio do Ministério do Trabalho – oferece atendimento aos brasileiros que vivem nos países fronteiriços e aos migrantes que vivem no Brasil, proporcionando informações, orientações sobre documentação e encaminhamento para serviços de educação, saúde, acolhida etc.

Também no Paraná, confira: Nascido de um projeto criado em 2013 para dar aulas de português a refugiados, o programa Política Migratória e Universidade Brasileira reúne seis projetos de extensão que também incluem capacitação em informática, apoio jurídico, oficinas de história do Brasil, entre outras iniciativas. In: Projeto da UFPR ajuda refugiados e migrantes a recomeçar a vida no Brasil. RPC Curitiba, 17 abr. 2018.



Em Florianópolis, Santa Catarina, no ano de 2018, foi inaugurado Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante administrado pela Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis em razão de um convênio firmado com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina. O centro oferece aos migrantes e refugiados assistência jurídica, orientação sobre documentação, encaminhamento para o mercado de trabalho e atendimento psicológico.

Em São Paulo, desde 2014, o também chamado Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – administrado pelo Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) por meio de um convênio com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – oferece orientações gerais, atendimento jurídico especializado a partir de uma parceria com a Defensoria Pública da União, curso de português etc. O Sefras ainda administra, também por meio de convênio, o **Centro de Acolhida do Imigrante**, casa com capacidade para acolher 110 pessoas e, no inverno, 120.

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, o **Centro Zanmi** desde 2013 promove orientação e apoio à população migrante, refugiada e apátrida. Do crioulo haitiano, *zanmi* significa amiga, amigo. Além dos cursos gratuitos de português, por meio do projeto *Fala, Zanmi!*, o centro oferta cursos de diversos idiomas (árabe, espanhol, inglês e francês) com professores, migrantes ou refugiados remunerados diretamente pelos próprios alunos.

Um projeto similar que tem refugiados como professores de cursos de idiomas e cultura é o **Abraço Cultural**, que atua no Rio de Janeiro e em São Paulo com a proposta de promover a troca de experiências, a geração de renda e a valorização pessoal e cultural de refugiados residentes no Brasil.



Confira a experiência de Tülin Hashemi, síria que reside no Rio de Janeiro e ministra aulas de inglês e árabe pelo projeto!

Outra instituição que promove cursos de línguas com professores migrantes e refugiados é a **Bibliaspa**, em São Paulo. A instituição também realiza, dentre outras ações, cursos de língua portuguesa e cultura brasileira para refugiados.

Ainda sobre o ensino de línguas, desde 2013 em Brasília, Distrito Federal, é realizado o curso de Português Língua de Acolhimento chamado *Módulo Acolhimento* ofertado a migrantes e refugiados adultos. O Projeto integra as ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e é promovido pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros da Universidade de Brasília.



Confira a experiência de Sonia Altomar "Aposentada que ensina português a imigrantes vira 'mãe' de africanos em SP". Há seis anos, ela ministra aulas de português voluntariamente para migrantes que vivem na casa de acolhida Arsenal da Esperança na cidade de São Paulo.



Conheça mais projetos que trabalham com o ensino de língua portuguesa, desta vez em Maringá, Paraná e no Rio de Janeiro.

Com tantos exemplos apresentados sobre o ensino de línguas, caso você se interesse em acessar o material de um desses cursos, o **Projeto Portas Abertas: Português para Imigrantes**, uma iniciativa da prefeitura de São Paulo com a colaboração do Centro de Línguas da Universidade de São Paulo, promove cursos de português gratuitos, regulares, contínuos e permanentes para migrantes na Rede Municipal de Ensino e disponibiliza o acesso ao material didático!



O Instituto Migrações e Direitos Humanos e o Comitê Nacional para Refugiados elaboraram, em parceria, uma **Cartilha Multilín-gue** em cinco idiomas – português, inglês, francês, kreyol e espanhol – com saudações, frases e perguntas comuns, dias da semana para ajudar no cotidiano. Há uma versão em PDF da cartilha na Biblioteca do módulo! Confira!

Há, ainda, instituições locais que trabalham com públicos específicos, como é o caso do **Projeto Estrangeiras do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania** em São Paulo. O projeto acompanha mulheres migrantes em privação de liberdade e egressas do sistema prisional com a proposta de garantir seus direitos, reconhecendo sua autonomia e diversidade cultural.



Veja o vídeo em celebração dos 15 anos do Projeto Estrangeiras do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e conheça um pouco mais!

Este é também o caso do **Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio/ PARES Cáritas,** no Rio de Janeiro, que tem como proposta promover o acolhimento, assegurar os direitos e criar condições para que pessoas em situação de refúgio possam reconstruir a vida no Brasil de forma digna. O trabalho é realizado em três frentes – acolhimento, proteção legal e integração local – que incluem, dentre outras ações, orientações sobre a solicitação do reconhecimento da condição de refugiado e o acompanhamento jurídico dos pedidos, encaminhamentos para a rede de acolhida, saúde, promoção de cursos de português.

Já a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad) é uma organização não governamental fundada em 1997 com a proposta de trabalhar na defesa dos direitos humanos. Há projetos específicos para a população migrante como o chamado Fronteiras – em que promove atendimentos a mulheres em situação de violência e vítimas de tráfico de pessoas em regiões de fronteiras do Brasil, nas cidades de Bonfim (PR), Brasileia (AC), Corumbá (MS), Foz do Iguaçu (PR), Jaguarão (RS), Oiapoque (AP), Pacaraima (RR), Ponta Porã (MS), Santana do Livramento

(RS) e Tabatinga (AM) – e o projeto **Criança Migrante** – voltado à formação de profissionais que trabalham com crianças e adolescentes migrantes que são vítimas de violência sexual.



Conheça ainda o projeto **Além das Fronteiras: conectando pessoas - tecendo redes**, uma plataforma para auxiliar migrantes, solicitantes de refugio, refugiados e apátridas com informações – em diferentes idiomas – especialmente sobre a regularização migratória! Vale observar que é uma iniciativa de migrantes para migrantes!

Outra necessidade fundamental quando chegamos a um país diferente e temos desejo de nele residir é saber como ter acesso a direitos:

Estou doente, como posso acessar os serviços de saúde?

Quero dar continuidade aos meus estudos ou matricular meus filhos em instituições de ensino, como devo proceder?

No Módulo 1, refletimos que, assim como a população brasileira, os migrantes enfrentam inúmeras fronteiras para acessar e exercer muitos dos seus direitos. No entanto, por serem incipientes as iniciativas de políticas públicas direcionadas a população migrante, o seu acesso a serviços básicos e direitos muitas vezes é dificultado.

Procedimentos corriqueiros, como apresentar um comprovante de residência ou o próprio documento de identificação, podem se tornar obstáculos para quem não é brasileiro. Há, ainda, barreiras linguísticas, de costumes e leis.

O acesso à saúde, por exemplo, é um direito universal reconhecido por nossa Constituição Federal a todos, sejam brasileiros ou não, estejam em situação migratória documentada ou indocumentada. O mesmo pode se dizer do direito à educação. O que significa que toda a população migrante pode ter acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e às instituições de ensino no Brasil.

Todo migrante poderá solicitar uma carteira do SUS, ter acesso aos mesmos serviços que os brasileiros, incluindo as farmácias em que determinados remédios podem ser retirados de forma gratuita.



Tratando de projetos que trabalham a questão da saúde em processos migratórios, um exemplo é o **Projeto Ponte** que oferece apoio psicológico e psicanalista a migrantes e refugiados.

Já nas instituições de ensino, todos devem ter acesso ao ensino infantil, fundamental e médio, assim como, a partir dos 18 anos, aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio podem ter acesso à Educação de Jovens e Adultos.

Na Biblioteca do módulo você encontrará o 1º **Documento Orientador: Estudantes Imigrantes** que apresenta orientações sobre o acolhimento de estudantes migrantes internacionais na rede estadual de ensino de São Paulo.

Não há que se falar em exigir a comprovação da situação migratória documentada em nenhuma das hipóteses levantadas nos dois últimos parágrafos.



Conheça um pouco da trajetória da boliviana Lourdes Ojeda e do boliviano Jorge Lopez. Ambos trabalham no serviço público em São Paulo na área da saúde. Lourdes é médica e Jorge trabalha como agente comunitário para facilitar o acesso de migrantes ao SUS. In: MACHADO, Leandro. O agente congolês na cracolândia, a boliviana no SUS, o angolano no 'rapa' e outras histórias de recomeço no Brasil. BBC News Brasil, 16 jun. 2018.



Indo além do ensino básico, conheça a história de Bachelor Louis, o primeiro haitiano a se formar na Universidade Federal da Fronteira Sul! In: Cinco anos após chegar ao Brasil, haitiano se forma em universidade federal em SC: Bachelor Louis é o primeiro haitiano a se formar na UFFS, em Chapecó. Ele se graduou em Agronomia. NSC TV, 22 jul. 2018.

Conheça o Projeto Si, Yo Puedo fundado por uma migrante na cidade de São Paulo e que propõe democratizar informações diversas aos migrantes, como o acesso ao ensino público no Brasil! Veja uma reportagem sobre o projeto no migramundo.

Assista a segunda parte da entrevista com Verônica Quispe Yujra (a primeira parte você teve acesso no Módulo 2). Tratando das redes locais de apoio e acolhimento, ela nos conta como foi o processo de formação do **Si, Yo Puedo**, na Praça Kantuta, e reflete sobre as barreiras enfrentadas pela população migrante no Brasil!



Conheça a experiência do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Cieja) Perus I, localizado na zona norte de São Paulo, e seu trabalho com migrantes haitianos.

Por fim, cabe destacar a construção de redes que conectam instituições locais de apoio ou acolhida para somar esforços e fortalecer suas atuações.

Este é o caso da **Rede Solidária para Migrantes e Refugiados** formada por quase 50 instituições da sociedade civil em todo o país – Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo – com a proposta de incidir e atuar nos campos da mobilidade humana, direitos humanos e instituto do refúgio. A Rede Solidária é articulada pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos. As instituições integrantes seguem autônomas, mas se reúnem pela convicção da importância de apoios, parcerias e articulações para uma atuação mais efetiva.



Confira as instituições que integram a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados ou busque na Biblioteca do módulo o material sobre a rede!



Importante

Assista a entrevista com Rosita Milesi, diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos. Ela nos conta sobre a organização e o trabalho em conjunto da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados e sobre a importância da articulação entre as redes locais de apoio e acolhimento!

Há, ainda, articulações em outros formatos como a **Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes** composta pela Escola Superior do Ministério Público da União, a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, o Ministério Público do Trabalho, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a Organização Internacional para as Migrações, a Conectas Direitos Humanos, o Instituto Migrações e Direitos Humanos e a Defensoria Pública da União. A sua proposta é atuar na formação de atores envolvidos no acolhimento, integração e interiorização de refugiados e migrantes no Brasil.

Outro exemplo, é a Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de

Pessoas composta por Núcleos de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs) e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs). De acordo com a Portaria n.º 31, de 20 de agosto de 2009, os Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas *têm por principal função articular e planejar as ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no âmbito estadual* e os Postos Avançados *têm por principal função prestar serviço de recepção a brasileiros não admitidos ou deportados nos pontos de entrada*.

Por meio da rede é possível articular uma atuação conjunta de NETPs e PAAHMs, incluindo também a interlocução com os Comitês de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas – instâncias de participação do poder público e da sociedade civil que contribuem especialmente para a formação de políticas públicas – na construção de novos espaços de políticas locais e nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas e de ações em situações, por exemplo, em que o aliciamento e a exploração ocorrem em diferentes estados ⁹



De acordo com o Ministério da Justica e Segurança Pública, estão em funcionamento núcleos em diferentes regiões do Brasil: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Núcleo de Gestão de Projetos e Cidadania em Brasília/DF. Já os postos se encontram nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, e Amazonas (Posto Avançado de Atendimento Humanizado aos Migrantes) e no município de Belém, no Pará (Posto Avançado de Direitos para Viajantes).

Para ter acesso a mais informações (incluindo o endereço e contato) dos **Núcleos** indicados, acesse aqui.

Para ter acesso a mais informações (incluindo o endereço e contato) dos **Postos Avançados** indicados, acesse aqui.

Para ter acesso a mais informações (incluindo o endereço e contato) dos **Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**, acesse aqui.

Confira, na Biblioteca do módulo, a Carta da Rede Nacional de Núcleos de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante!

No Rio Grande do Sul, desde 2012, o Fórum Permanente da Mobilidade Humana reúne diferentes instituições voltadas para a defesa de direitos de pessoas em processo de mobilidade – migrantes,

refugiados, apátridas, vítimas de tráfico de pessoas e estudantes internacionais – para promover e ampliar a rede de acolhimento, atendimento, integração sociocultural, assessoria, informação e de produção de conhecimento sobre a questão. São integrantes do Fórum instituições religiosas, Defensoria Pública Estadual e da União, instituições públicas (como universidades), ministérios (Justiça, Trabalho, Educação, Saúde), Polícia Federal etc.



Conheça, ainda, o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (COMIRAT) do Rio Grande do Sul, que tem como objetivos incluir estas pessoas em políticas públicas, produzir conhecimento sobre estes temas e elaborar um plano de ação para estas populações.

4. Considerações Finais

Ao longo deste último módulo, refletimos sobre as migrações internacionais a partir do papel das redes de apoio e acolhimento locais, observando sua importante atuação de inclusão da população migrante residente no Brasil, especialmente no que diz respeito ao acesso aos direitos fundamentais, como moradia, saúde, educação etc.

Observamos que tais redes são compostas por diferentes tipos de iniciativas desempenhadas por instituições públicas (entes federais, estaduais, municipais), organizações da sociedade civil (incluindo iniciativas da própria população migrante) e organizações internacionais.

Dentre os exemplos apresentados, foi possível notar a atuação das diversas instituições sob diferentes formatos e articulações, como:

- ✓ Articulação entre instituições públicas e migrantes como no exemplo de médicos e agentes comunitários migrantes atuando no SUS para ampliar o acesso à saúde;
- ✓ Articulação entre atores públicos e organizações da sociedade civil como o exemplo da Associação Palotina que mantém uma casa de acolhida para mulheres estrangeiras sozinhas ou acompanhadas de seus filhos e que se manteve com recursos próprios até que firmou um convênio com a Prefeitura de São Paulo (em julho de 2015);
- ✓ Articulação entre atores públicos e organizações internacionais como o exemplo do Centro de Recepção e Documentação, inaugurado em junho de 2018 na cidade de Pacaraima,

pelo Governo Federal com apoio do Sistema ONU Brasil;

- ✓ Iniciativas de organizações da sociedade civil como o exemplo da **Missão Paz**, que compreende a Casa do Migrante (com capacidade para acolher 110 pessoas), o Centro de Pastoral e Mediação do Migrante (que oferece serviços de documentação, mediação de trabalho entre empresas e migrantes, orientação jurídica, assistência social, atendimento psicológico etc.), o Centro de Estudos Migratórios e a Igreja;
- ✓ Iniciativas de organizações da própria população migrante como o exemplo do Projeto Si, Yo Puedo, fundado por uma migrante na cidade de São Paulo com a proposta de democratizar informações diversas aos migrantes, como o acesso ao ensino público no Brasil;
- ✓ Iniciativas de atores públicos como o exemplo da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente em São Paulo que, com a colaboração do Centro de Línguas da Universidade de São Paulo, criou o **Projeto Portas Abertas**: Português para Imigrantes, que promove cursos de português gratuitos, regulares, contínuos e permanentes para migrantes na Rede Municipal de Ensino;
- ✓ Iniciativas de redes que conectam diferentes atores como o exemplo da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (formada por entidades da sociedade civil) e a Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes (formada por atores públicos, organizações da sociedade civil e organizações internacionais).

É importante compreender também as diferentes frentes de atuações das redes de apoio e acolhimento locais. Retomando o conteúdo da entrevista com a Rosita Milesi (se você ainda não assistiu, confira!), ela organiza, tendo como base a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, tais frentes de atuação em eixos distintos, a depender do tipo de demanda atendida:

- ✓ Eixo de documentação trabalha para que a população migrante tenha acesso aos documentos e a regularização migratória;
- ✓ Eixo da assistência (emergencial) trabalha com a assistência básica para as pessoas recémchegadas (incluindo casas de acolhida, cursos de português etc.);
- ✓ Eixo do trabalho atua com a formação, colocação e acompanhamento do trabalho;
- ✓ Eixo cultural trabalha a dimensão cultural da inclusão da população migrante na sociedade que a recebe;

✓ Eixo advocacy – acompanha processos legislativos, trabalha para a elaboração de políticas públicas etc.

Na entrevista, Rosita ainda menciona que cada instituição trabalha de acordo com sua capacidade – há aquelas que conseguem atuar em vários desses eixos e outras em apenas um destes – e que cada localidade exige uma forma diferente de atuação.

Nas regiões de fronteira, por exemplo, de maneira geral a permanência da população migrante é transitória. Nesse sentido, a demanda principal é atender as pessoas nessa circunstância da chegada, da recepção inicial, incluindo a acolhida, a documentação etc. Já nas cidades entendidas como destinos, em que a população migrante permanece por um maior período, mostra-se necessária uma atenção especial, por exemplo, no campo do acesso ao trabalho.

Diante do cenário apresentado ao longo do módulo, é possível observar um crescente número de atores trabalhando com a temática migratória no Brasil (em diferentes regiões do país e sob diferentes perspectivas), a articulação entre diversas instituições e a importância de uma abordagem integrada entre o Estado e a sociedade civil – com a complementaridade entre a atuação dessas duas frentes – na governança migratória.



Na sua cidade, existem iniciativas locais voltadas aos migrantes?

Compartilhe no **Fórum** as iniciativas que você conhece e procure conhecer as mencionadas por outras pessoas que estão participando do curso!



Importante

Confira a entrevista com Oriana Jara Maculet, nascida no Chile, residente no Brasil há vinte anos e parte da organização *Presença América Latina*, criada em 2004, com a proposta de articular e fortalecer a população migrante latino-americana no Brasil. Na entrevista ela reflete sobre a importância da articulação entre Estado e sociedade civil na elaboração de políticas públicas, a participação dos migrantes na articulação e criação da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente em São Paulo e na formulação da Lei Municipal n.º 16.478/2016, que instituiu a Política Municipal para a População Imigrante em São Paulo!

Conheça a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente criada no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo no ano de 2013 com a proposta de articular as políticas públicas migratórias no município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial. Saiba mais sobre essa instância pioneira no Brasil (confira o vídeo!):

Chegamos ao final do Módulo 5!

Ao longo do último módulo do curso vocês conheceram um panorama sobre as redes locais de apoio e acolhimento e refletiram sobre o papel de cada um no contexto migratório brasileiro, viram alguns exemplos de instituições que atuam no país, perceberam a importância de uma abordagem integrada Estado-Sociedade Civil na governança migratória.

Lembrem que iniciaram o curso com reflexões introdutórias sobre as migrações internacionais (Módulo 1); em seguida, conheceram a legislação migratória brasileira, com especial atenção ao processo de aprovação da nova Lei de Migração e sua regulamentação (Módulo 2) e os conceitos e a legislação nacional referentes ao tráfico de pessoas e ao refúgio no Brasil (Módulo 3); refletiram sobre como se estrutura a governança migratória brasileira (Módulo 4) e ao finalizarem o curso, \ puderam observar as diversas redes locais de apoio e acolhimento.

O passo seguinte, é a participação no Fórum de Debates e a realização da Avaliação Final para apropriação do conteúdo e reflexão sobre os temas aprendidos ao longo do curso!

Façam uma boa Avaliação!

Material Complementar

Cartilhas: sugere-se que o aluno consulte as cartilhas para complementar o que foi abordado nas aulas.

- Somos todas/todos migrantes: acesso a direitos para migrantes e servidoras/es públicos Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo
- https://issuu.com/smdhc/docs/quiaimigrantes portugues>
- Dicas para os migrantes: viver e se integrar em São Paulo Ministério da Justiça
- https://issuu.com/incabrasil/docs/dicas_para_os_imigrantes_s_o_paulo
- Cartilha de Direitos Trabalhistas e Previdenciários para Migrantes e Refugiados publicada pelo Grupo de Pesquisa em Migração e Direito Internacional do Trabalho (GEMDIT - USP) e Caritas Arquidiocesana
- https://addie.escolavirtual.gov.br/pluginfile.php/9766/mod_folder/content/0/ GEMDIT CARITAS CARTILHA%20DE%20DIREITOS%20TRABALHISTAS%20E%20 PREVIDENCI%C3%81RIOS%20PARA%20IMIGRANTES%20F%20REFUGIADOS pdf?forcedownload=1>
- Guia para Comunicadores: migrações, refúgio e apatridia organizado pelo IMDH, Migramundo e FICAS
- https://addie.escolavirtual.gov.br/pluginfile.php/9766/mod_folder/content/0/Guia_para_ Comunicadores.pdf?forcedownload=1>
- Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio LGBTI realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU)
- https://addie.escolavirtual.gov.br/pluginfile.php/9766/mod_folder/content/0/Cartilha_ Refugiados LGBTI.pdf?forcedownload=1>
- Guía de orientación en derechos humanos para venezolanas y venezolanos en el contexto de la respuesta humanitaria de Brasil realizado pela OIM e pelo Ministério dos Direitos Humanos. https://addie.escolavirtual.gov.br/pluginfile.php/9766/mod_folder/content/0/Guia_v5_ venezuelanos.pdf?forcedownload=1>

Músicas: a partir de uma lista inicial de músicas que retratam questões relacionadas à migração no mundo, o aluno está convidado a incluir outras composições no fórum.

- Clandestin Fatoumata Diawara
- https://www.youtube.com/watch?v=piXLHdmAEMQ>
- Encontros e Despedidas Milton Nascimento
- https://www.youtube.com/watch?v=Qjy54yDN0T4>
- No me dejaron Krudas
- https://www.youtube.com/watch?v=pW4tSvb-mfA>

- London, London Caetano Veloso
- https://www.youtube.com/watch?v=1k0bQAvlbKw>
- Sabiá Chico Buarque e Tom Jobim
- https://www.youtube.com/watch?v=J9dOtQ6tK_k
- Senegal Fast Food Amadou & Mariam e Manu Chao
- https://www.youtube.com/watch?v=J43T8rEOg-l
- Calle 13 Pa'l Norte
- https://www.youtube.com/watch?v=SBYO1ZfxxSM>
- Mano Chao Clandestino
- https://www.youtube.com/watch?v=I0PjuPu78rQ>
- Tribalistas Diáspora
- https://www.youtube.com/watch?v=EJ6LXHXVmSM&list=PL4DDXKiTTcW_XmdNsEN2nrbem1QBVyEWV&index=1>

Referências

- ¹ DE HAAS, Hein. The determinants of international migration: conceptualising policy, origin and destination effects. **International Migration Institute (IMI) Working Papers**, n. 32, University of Oxford. 2011.
- ² Ibid
- ³ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios, p. 199-218, **Tempo Social revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 1, junho 2008. P. 203
- ⁴ Ibid. 208.
- ⁵ SILVA, Sidney Antonio. A praça é nossa: faces de um preconceito num bairro paulistano. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, n. 51, p. 39-44, jan./abr. 2005.
- ⁶ Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL; Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Migrantes regionais na cidade de São Paulo**: direitos sociais e políticas públicas. p. 181.
- ⁷ Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. **Migrantes, apátridas e refugiados**: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): Ipea, 2015.
- ⁸ SILVA, Sidney Antonio; TORELLY, Marcelo (Org.). **Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018.
- ⁹ Conferir: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento

Links

O bairro do Glicério, zona central de SP, se transformou no reduto de imigrantes de origem africana em SP: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/34671-bairro-negro#foto-508551

A Copa dos Refugiados - o Hino: https://www.youtube.com/watch?v=0Nf5CQ-RUF4

Copa dos Refugiados: http://copadosrefugiados.com/

Associação Palotina: http://congregacaoirmaspalotinas.com.br/n_sra_aparecida.html

Missão Paz: http://www.missaonspaz.org/

Universidade de Roraima e agências da ONU inauguram centro de serviços para refugiados e migrantes: https://nacoesunidas.org/universidade-de-roraima-e-agencias-da-onu-inauguram-centro-de-servicos-para-refugiados-e-migrantes/amp/

Com apoio da ONU Brasil, centro governamental em Pacaraima recebe venezuelanos: https://nacoesunidas.org/com-apoio-da-onu-brasil-centro-governamental-pacaraima-recebe-venezuelanos/

Centro dedicado a atender e orientar imigrantes é inaugurado em Pacaraima, RR, na fronteira com a Venezuela: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/centro-dedicado-a-atender-e-orientar-imigrantes-e-inaugurado-em-pacaraima-rr-na-fronteira-com-a-venezuela.ghtml

ASSINADO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MUNICÍPIO, MINISTÉRIO DO TRABALHO E CASA DO MIGRANTE: http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=41070

Projeto da UFPR ajuda refugiados e migrantes a recomeçar a vida no Brasil: https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/projeto-da-ufpr-ajuda-refugiados-e-migrantes-a-recomecar-a-vida-no-brasil.ghtml

Primeiro mês de funcionamento do CRAI recebe 320 imigrantes: http://arquifln.org.br/noticias/primeiro-mes-de-funcionamento-do-crai-recebe-320-imigrantes/

Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI): http://www.sefras.org.br/novo/servicos/sao-paulo/crai/

SJMR – Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados: https://sjmrbrasil.org/quem-somos/

Abraço Cultural: http://www.abracocultural.com.br/

E se fosse com você?: https://vimeo.com/247814821

Refugiada síria reconstrói a vida no Brasil e sonha com diploma universitário: https://www.youtube.com/watch?v=xY2UCbITFcs

Bibliaspa: https://bibliaspa.org/cursos/

Refugiados e migrantes que vivem em Brasília estudam português gratuitamente: http://www.neppe.unb.br/br/en/news/110-refugiados-e-migrantes-que-vivem-em-brasilia-aprendem-portugues-em-cursos-gratuitos

Aposentada que ensina português a imigrantes vira 'mãe' de africanos em SP: https://www1. folha.uol.com.br/mundo/2018/09/aposentada-que-ensina-portugues-a-imigrantes-vira-mae-de-africanos-em-sp.shtml

No More: projeto voluntário ensina língua portuguesa para imigrantes: https://www.youtube.com/watch?v=i26xz1J2znc

Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Refugiados e Migrantes no Rio de Janeiro: http://help.unhcr.org/brazil/2018/08/13/curso-de-lingua-portuguesa-e-cultura-brasileira-para-refugiados-e-migrantes-no-rio-de-janeiro/

Projeto Portas Abertas: Português para Imigrantes: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/programas_e_projetos/portas_abertas/

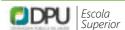
Projeto Estrangeiras do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania em São Paulo: http://ittc.org.br/estrangeiras/

Celebração dos 15 anos do Projeto Estrangeiras do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC): http://ittc.org.br/15-anos-do-projeto-estrangeiras-parte-i/

Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio/PARES Cáritas RJ: http://www.caritas-rj.org.br/

Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad): http://www.asbrad.com.br/

Além das Fronteiras: conectando pessoas - tecendo redes: https://www.alemdasfronteiras.org/



Projeto Pontes: http://projetopontesedes.com.br/

O agente congolês na cracolândia, a boliviana no SUS, o angolano no 'rapa' e outras histórias de recomeço no Brasil: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44476511

Cinco anos após chegar ao Brasil, haitiano se forma em universidade federal em SC: Bachelor Louis é o primeiro haitiano a se formar na UFFS, em Chapecó. Ele se graduou em Agronomia: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2018/07/22/cinco-anos-apos-chegar-ao-brasil-haitiano-se-forma-em-universidade-federal-em-sc.ghtml

Projeto Si, Yo Puedo conclui mais um curso de português para migrantes: https://migramundo.com/projeto-si-yo-puedo-conclui-mais-um-curso-de-portugues-para-migrantes/

Rede Solidária para Migrantes e Refugiados: http://www.migrante.org.br/index.php/2014-01-14-00-36-49/atuacao/rede-solidaria

Instituto Migrações e Direitos Humanos: http://www.migrante.org.br/

Membros da Rede Solidária: http://www.migrante.org.br/index.php/membros-da-rede-solidaria

Rede lança projeto de capacitação dos atores envolvidos no acolhimento de refugiados e migrantes: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/comunicacao/noticias/rede-de-atencao-lanca-projeto-de-capacitacao-dos-atores-envolvidos-no-acolhimento-de-refugiados-e-migrantes

Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: http://www.justica. gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento

Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento/nucleos-de-enfrentamento

Postos avançados: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento/postos-avancados

Maternidade e migração: a ONU contra a xenofobia em Roraima: https://www.youtube.com/watch?v=plDm2UjnlWg

Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento/comites-1

Fórum Permanente da Mobilidade Humana: https://forummobilidaders.wordpress.com/

Rio Grande do Sul cria comitê para migrantes, refugiados, apátridas e vítimas do tráfico de pessoas: https://nacoesunidas.org/rio-grande-do-sul-cria-comite-para-migrantes-refugiados-apatridas-e-vitimas-do-trafico-de-pessoas/

Presença América Latina: http://www.palbrasil.com.br/

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/coordenacao/index.php?p=156223

Política Municipal para População Imigrante: https://youtu.be/y1URCk1ldGk

Referências Bibliográficas

DE HAAS, Hein. The determinants of international migration: conceptualising policy, origin and destination effects. **International Migration Institute (IMI) Working Papers**, n. 32, University of Oxford. 2011.

Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL; Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Migrantes regionais na cidade de São Paulo**: direitos sociais e políticas públicas.

Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. **Migrantes, apátridas e refugiados**: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): Ipea, 2015.

SILVA, Sidney Antonio. A praça é nossa: faces de um preconceito num bairro paulistano. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, n. 51, p. 39-44, jan./abr. 2005.

SILVA, Sidney Antonio; TORELLY, Marcelo (Org.). **Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios, p. 199-218, Tempo Social - revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, junho 2008.